

Reinserções, inserções e deserções: breves considerações sobre o uso de seus signos e algumas lorotas do trabalho cotidiano no 'Propulsão'

Altieres Edegar Frei

P. e seus usos abusivos

P. usa um daqueles calçados marca Puma que nem têm cadarços, você já viu? No lugar dos cadarços há uma espécie de botão supersônico - ou algo que o valha - que dá conta de ajustar os tênis nos pés. Novinho. Enquanto conversávamos com ele e tentávamos problematizar o fato de andar armado e tentar resolver tudo à bala, ele desviava o olhar e tornava a ajustar o botão supersônico.

Veste roupas de grife que devem ser, sim, muito caras. Em uma das conversas com um dos colegas trabalhadores do Centro Social Marista Propulsão¹ chegou a comentar que frequentava o *shopping center*, como qualquer outro *piá* de 15 anos. Só que fazia seu *rolê* de taxi e gastava entre dois e três mil reais. Depois voltava (também de taxi) à sua Vila das Torres. Os colegas comentam que ele estava empenhado, também, em trocar de arma.

1 O Centro Social Marista Propulsão – aqui grafado CSM Propulsão – é um dispositivo da Rede Marista de Solidariedade que atende adolescentes entre 14 e 18 anos que estão ou estiveram em tratamento por conta do uso abusivo de álcool e outras drogas, em Curitiba-PR. Funciona desde dezembro de 2013 com equipe multidisciplinar composta por 10 trabalhadores: psicólogo(a), assistente social, coordenador(a) pedagógico e 4 educadores sociais, além de assistente administrativo, direção e auxiliar de higiene e limpeza focados especificamente na (re)inserção social destes jovens. Até o momento, cerca de 120 jovens passaram pelo atendimento em regime de acompanhamento singular com aderência, duração dos atendimentos e encaminhamentos os mais diversos possíveis. Maiores informações disponíveis em: <www.propulsao.org.br>.

Claro, ele sabe bem o que quer: o tipo, o nome, o calibre. Provavelmente, se puder escolher entre cromada ou preta, deve preferir armas cromadas. Brilham mais. Como os detalhes de seu tênis Puma, que deve até refletir luzes na escuridão. Não sabemos o nome da arma, mas sabemos que é uma à prova de coletes à prova de balas. Entendeu? Ela fura coletes à prova de balas.

Sua meta parece clara: tornar-se *patrão* com o tráfico de drogas na Vila Torres - comunidade marcada pelo descaso do poder público, pela volúpia dos grandes empreendimentos imobiliários, por situar-se em uma região central de Curitiba (a outrora capital do meio ambiente ou cidade modelo - você escolhe em que acreditar). Comunidade marcada, sobretudo, pela nefasta disputa pelo mercado de drogas ilícitas que se arrasta há décadas entre as chamadas *gangue de cima e gangue de baixo*.

Agora está sumido do Propulsão. Soubemos que ele foi detido e autuado por tráfico de drogas, o que, naquela altura das suas outras medidas socioeducativas em curso, rendeu-lhe o famigerado Cumprimento de Medida Socioeducativa em Regime de Privação de Liberdade. Não soubemos se conseguiu adquirir a tal arma. Tentamos contato assim que saiu, convidando-o para retomar conosco seu Plano Singular de Atendimento. Ele ainda não apareceu, mas temos uma história boa para contar do tempo que esteve por aqui.

Outro P. e seus usos abusivos

Este aparece com um calçado diferente quase sempre. Acho que o último era um vermelho de deixar o David Bowie com inveja. Jovem, muito jovem, e alto, muito alto; chegou aos atendimentos no CSM Propulsão quando ainda tinha 14 anos, mas seu tamanho já era o de um adulto. Como que aprendendo a habitar o novo corpo, tão súbita parece ter sido a metamorfose de seu crescimento, vive envolvendo-se de forma pueril em confusões com consequências nada pueris. Mete os pés pelas mãos. É desengonçado.

Dia desses, ele soube que um traficante invadira a casa da mãe à sua procura por conta de uma dívida de quinhentos reais que, não duvidamos, custar-lhe-ia a vida não fosse a intervenção conjunta nossa e do Conselho Tutelar de seu bairro, e seu encaminhamento para uma unidade de acolhimento da Fundação de Ação Social de Curitiba.

Este outro P. tinha pego drogas para vender com este tal traficante, mas se atrapalhou nas vendas: não havia recebido o que lhe deviam, e ainda tinha uma certa quantia guardada em seu tênis, que estava *entocado* no CSM Propulsão - para frustração dos nossos ideais de assepsia ou “campo harmônico”

que, na nossa fantasia e idealização, pudesse envolver nosso espaço de trabalho. Mostrou ainda o que tinha no tênis para um de seus colegas que, sorratamente, furtou-lhe as drogas e aumentou seu prejuízo.

Esta não era a primeira vez que este outro P. carecia de teto do Estado. Sua relação com a mãe nos intriga, dado o fato de pouco conseguirmos acessá-la, seja em atendimentos, seja com possibilidades de visitas domiciliares. Seu pai faleceu em uma rebelião na penitenciária onde estava detido. Este outro P. já passara por alguns outros serviços de acolhimento, e até alguns dias atrás, morava com uma tia.

Seu uso abusivo é de *cannabis*, foi de cocaína, segundo conta, mas já não é mais tanto; seu envolvimento com o tráfico preocupa, mas sua grande compulsão parece ser o roubo. Em um dos nossos atendimentos, chegou a contar-nos que gostava de vir ao CSM Propulsão porque assim “não tinha vontade de roubar”.

E, como ele conta, quando rouba pode ser capaz de intimidações por meio de ameaça de violência ou pode ser capaz de “entrar na mente do playboy”. Por isso ele também vai aos *shoppings*, mas costuma frequentar mais seus arredores do que o interior. Por isso seus tênis e bonés mudam muito. Também gosta de ostentação, mas não necessariamente de roupas. Contou-nos que estava em uma praça da cidade com um tijolo de maconha. Perguntamos porque ele saía com aquela quantidade, se tinha noção dos riscos aos quais se expunha com a polícia, e ele respondeu: “*É que quando as meninas pedem um baseadinho e você tira uma lasca de um tijolão destes, você fica com a maior moral*”.

D. e seus usos abusivos

Este também está conosco em acompanhamento há algumas estações. Sua história de vida parece *cabulosa*: dos 15 irmãos, 8 teriam sido assassinados por conta do envolvimento com o tráfico de drogas. Sua mãe, falecida, teve problemas psiquiátricos e ficou internada na ala do manicômio da cidade, onde hoje funciona o CSM Propulsão. Quando ela cometeu suicídio, D. estava preso - *ops*, cumprimento de medida socioeducativa em regime de privação de liberdade - e não pode ir ao enterro.

Fã de *cannabis* e funk, D. coleciona errâncias: ora envolvimento com o tráfico, ora relato de ter comprado um cavalo para trabalhar com reciclagem, ora uma fuga da Vila Torres após tentativa de acerto de contas (que teria vindo de um sujeito cujo irmão teria sido morto em briga com D.), ora adesão

a uma igreja pentecostal renovada, ora uma estada em uma comunidade terapêutica, ora períodos na casa de um cunhado em um município próximo.

Agora, de um tempo para cá, está enamorado, morando com a moça (na casa da família dela) e a relação deles parece um tanto explosiva: vira e mexe um rasga o documento do outro (justo aquela carteira profissional que nos custou diversas idas com ele para regularizarmos). Comenta que quer alugar uma casa e viver com ela. Já fez 18 anos.

Parece estar sempre pronto a explodir. Como um carregamento de nitroglicerina. Fala que quando briga com a atual namorada tem vontade de dar-lhe cadeiradas. Mas, do seu jeito, também é afetuoso com ela (a namorada entrou para nossos atendimentos no nível de uma pessoa do núcleo familiar, que é o que chamamos de público segundo – os adolescentes, obviamente, são nosso público primeiro, e as instituições com quem tramamos ou discutimos casos são nosso público terceiro). E, claro, do seu jeito, também é afetuoso conosco.

Dia desses, depois de uma briga com a namorada, ingeriu cartelas de amoxicilina, ibuprofeno e mais um remédio para a pressão. Depois disso, foi ao CSM Propulsão. Quando nos contou, imediatamente nós o acompanhamos à Unidade de Pronto Atendimento mais próxima. De lá, evadiu-se pouco depois, trazendo consigo, de ônibus, o soro atrelado ao braço. Surreal, não? Voltou para nossa sede minutos depois com o soro pendurado, e após dizermos que a conduta era que ele voltasse para a unidade de saúde ou esperássemos acionar o Serviço de Urgência, resolveu tirar o aparato na rua mesmo, na frente do CSM Propulsão e, após termos lhe fornecido esparadrapo e gaze, fez seu próprio remendo na veia e voltou para casa com a companheira.

Pactuamos em equipe que, após essa *passagem ao ato* por parte de D., nossas intervenções com ele só continuariam se ele topasse estar em acompanhamento no CAPS. Fomos com ele no dia de sua triagem, em uma manhã chuvosa. Combinamos de sair do Propulsão para que pudesse tomar café e ser acompanhado por um profissional da equipe. Parecia dócil. Emocionou-se ao falar da irmã, do pai que não conheceu, mas aí passou a falar das brigas na casa da companheira e da interferência do pai dela nas discussões: “*aqui entre nós, tem dias que queria que esse velho morresse logo*”.

Conseguiu ir ao CAPS. Foi entrevistado por hora e meia pela psicóloga do acolhimento, voltou ao CSM Propulsão feliz, dizendo que, desta vez, irá se tratar.

Os usos de um dispositivo de reinserção social

Quando a Rede Marista de Solidariedade me empregou para exercer a função, veja só, de diretor do então Projeto Média Complexidade, mudei-me para Curitiba de mala e cuia e, estranho em terra estranha, me vi às voltas com, como se diz na linguagem organizacional, o ‘desafio’ de dar corpo a um projeto ousado, porém ainda banguelo.

O objetivo: atendimento a adolescentes em uma perspectiva de contraturno escolar, adolescentes estes que teriam passado por ‘tratamento de desintoxicação’ e precisariam destas ações para ‘manutenção da abstinência’. Um projeto de média complexidade, como era chamado, dentro das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social.

Desde o início, em reuniões com nosso assessor, ficou evidente que precisávamos desconstruir este viés de manutenção da abstinência e aproximarmos-nos da metodologia de redução de danos, para, inclusive, acessarmos jovens que realmente pudessem ter este dispositivo como diferencial entre outras instituições. Ficou evidente que esta proposta tinha um forte hibridismo com a saúde e a educação (ao menos quando se pensa em educação não formal).

Para atuarmos como uma engrenagem complementar às Políticas Públicas – e não cair na prepotência de nos acharmos seus substitutivos ou paralelos –, localizamos um vacúolo no que diz respeito ao conceito de “reinserção social” de adolescentes que estão ou estiveram em tratamento por conta do uso abusivo de álcool e outras drogas.

Em princípio, esta é uma das três atribuições da Política Nacional de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde (a saber: prevenção, tratamento, reinserção) que era/é atribuída majoritariamente como função dos Centros de Atenção Psicossocial, embora pudesse ser de ações entre diversas secretarias (Educação, Assistência Social, Esportes Lazer e Juventude etc.). Portanto, além de cuidar do tratamento, estima-se que estas instituições (ou a conjugação dos dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial) deveria dar conta também de promover ações de reinserção social.

Com a crítica de que os dispositivos voltados para o tratamento de transtornos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas são ‘puxadinhos’ ou ‘gambiarras’ dos CAPS voltados para transtornos psíquicos como psicoses e esquizofrenias, bem como o respectivo entendimento do signo “reinserção social” e suas heranças do conceito de reformatório, ou, ainda, com a crítica às suposições implícitas ou explícitas de que havia, por parte do

adolescente, diversas inserções em sua vida quando ‘a droga’ o tirou do convívio com a sociedade, começamos as discussões para criar um dispositivo específico para (re)inserção social - uma inovação, portanto, em nível nacional.

Este dispositivo deveria/deverá ser ‘craque’ em colocar o adolescente para fora, mais do que trazê-lo para dentro da instituição. Daí o signo-fundante Propulsão. Remete à decolagem, a foguetes, a acoplamento com máquinas como nadadeiras pé-de-pato, mas, em última análise, remete a algo que o corpo humano é capaz de dar conta. Nossos pés são aparelhos propulsores. Nossos desejos são aparelhos propulsores.

Em um trocadilho quase laciano de categoria duvidosa - como são todos os trocadilhos lacianos - Propulsão também é Pró-Pulsão. A ideia de trabalharmos para liberar outros fluxos de pulsão, além daquele presente no acoplamento entre o sujeito-droga, e de considerarmos o tal ‘campo pulsional’ como um território, pareceu-nos cara. Nossa operação não é para ‘tratamento’ do adolescente, mas aponta para uma clínica da cultura. Exige umas intervenções no nível do regime de signos e das concepções que focam o uso abusivo de drogas como protagonista - e não sintoma - das mazelas sociais. Exige rizomas e tentáculos. Exige agenciamentos.

Para equalizar tudo isso, a metodologia da Redução de Danos nos serviu e nos serve como filosofia de trabalho e como guarda-chuva teórico, com suporte para debates sobre a chaga do proibicionismo e da fracassada Política de Guerra às Drogas. O refinamento do conceito, em nossos Espaços Transversais de Estudo, em nossos Seminários Propulsão ou andanças com o pessoal do Moinho da Luz-Projeto Quixote, (nossos primos), e do Centro de Convivência É de Lei, nos trouxe uma sacada que em muito dialoga com o direito à cidade: RD, de redução de danos, também é redução de distâncias.

Herdamos uma ala de um hospício desativado, contratamos uma equipe jovem e idealista, promovemos concluímos com estéticas que dialogam com os processos de territorialização/desterritorialização destes jovens (como o *grafitti*), adquirimos meia dúzia de bicicletas, administramos com relativa folga nosso orçamento, oriundo exclusivamente da Rede Marista de Solidariedade, de R\$ 550.000 ao ano - valor do qual 60% é revertido para folha de pagamento e das ações de formação - e, *eureka!*, eis a constituição de um dispositivo voltado exclusivamente para reinserção social de até 24 adolescentes em situação de vulnerabilidade social e com histórico de uso abusivo de álcool e outras drogas.

Simple assim?

Não, claro. Não se abre uma instituição como esta, coloca-se uma

placa na porta e recebe-se/encaminham-se casos. Não se chega a um município conservador como Curitiba, com sua classe média majoritariamente protofascista e católica, e fala-se de redução de danos com facilidade, em meio à característica disputa por mercado de bens de salvação e ao entendimento de que a única terapêutica possível é a abstinência - cenário este que a própria gestão atual da Secretaria Municipal da Saúde encontrou e tem enfrentado também com ofertas de ações de Redução de Danos. E, evidentemente, esta discussão entre os empregadores, uma instituição católica, também esbarrou em dogmas que precisaram ser martelados.

O método para acompanhamento destes jovens, dada sua flutuação - idas e vindas - e a passagem escorregadia por diversas outras instituições, precisava e precisa de lapidações constantes. Foi desenvolvido coletivamente um desenho de atendimento por planos singulares (nítido *sampler* dos planos terapêuticos singulares do SUS) dialogando constantemente com o adolescente sobre o que pode ser (re)inserção social naquele momento, com uma concepção crítica dos espaços de exclusão de uma cidade com ideais de assepsia como Curitiba.

Além disso, desenhamos um acompanhamento por tempos institucionais não seriais ou consecutivos, para controle nosso: T1, T2 e T3. No primeiro estágio, investe-se mais na vinculação do jovem com o espaço, equipe e colegas do CSM Propulsão; no segundo estágio, ensaia-se rolês pela cidade de bicicleta ou transporte público com sondagens de áreas de interesse do jovem ou com a famosa operação de *emprestarmos nossos desejos* para possíveis inserções; e no terceiro estágio tem-se o acompanhamento das chamadas inserções que puderam ser efetivas com o adolescente (curso jovem aprendiz para um, curso de teatro para outro etc.).

E, por fim, percebemos no conceito de ambiência, tal qual o destilamos do SUS, um valioso recurso. Ambiência é o espaço físico acolhedor (gramado, cores nas paredes, pufs ao invés de cadeiras, oficinas de *graffitti* e estética visual), mas também é o espaço de encontro entre sujeitos (adolescente + equipe, adolescente + adolescente) que pode permitir intervenções tão ou mais potentes, na espontaneidade, do que aquelas previstas em oficinas com hora marcada. É uma valiosa ferramenta de trabalho, convívio e diálogo que nos sintoniza com uma instituição apta a operar em tempos de sociedade de controle.

Desdubro o raciocínio: as atualizações que as instituições disciplinares fizeram para adaptar-se aos tempos descritos por Deleuze, com inspiração em Burroughs e Foucault, como sociedades de controle (regime de progressão de pena, para o caso das cadeias, ou empreendedorismo, para

estudantes de escolas etc.) não se mostram ainda suficientes quando nos referimos a este tipo de clientela. Dito de outra forma, estamos em tempos de sociedade de controle, mas quase todas as nossas instituições são ainda disciplinares - fábrica, escola, e de certa forma o próprio CAPS, quando promove atendimentos seriados em grades de oficinas.

É evidente que grande parte dos adolescentes que atendemos foi excluída destes ambientes disciplinares clássicos: escola, trabalho, etc. Por isso, não fazia sentido, pensarmos sua inserção apenas em oficinas com horário e dias marcados. Não fazia sentido também pensarmos somente em projetos em médio prazo. Precisávamos pensar na prontidão, no retorno espontâneo de um jovem que não aparecia há meses, precisávamos pensar nas frestas - e a ambiência, com escala, estudo e estrutura, nos apontou uma direção relevante.

Neste sentido, a leitura da opressão típica das sociedades de controle nos deu ideia de usarmos este vetor em outra direção - não com a ambiência instaurada no sentido da vigilância (embora ela cumpra inegavelmente esse papel), mas enquanto tecnologia leve de cuidado, de acolhimento em qualquer tempo, com 'iscas' ou 'objetos ativadores' para atendimentos singulares.

Dois anos mais tarde, uma centena de casos depois, ainda nos debatemos com indicadores ou pegadas que possam nos dar pistas das trilhas que temos feito - e para prestar as contas com a mantenedora. Temos, claro, alguns casos bem encaminhados: retornos familiares, trabalho no programa jovem-aprendiz, retorno escolar etc. Mas, em nossas reflexões, sempre trazemos a questão: que potência pode ter nosso trabalho com jovens cujo encaminhamento não se dá da melhor forma possível? Isso é indício de 'fracasso' ou pode haver algo incubado (inseminação de devires) que pode ser ativado em outro momento?

Os usos de uma 'comunidade'

Além da história de exclusão social, além dos fetiches e da sedução que envolvem o comércio ilícito de drogas, além de composições familiares diferentes da matriz tradição-família-propriedade ou comercial de margarina, há mais pontos em comum entre estes jovens.

Todos passaram por alguma instituição de tratamento - como um CAPS Ad, comunidades terapêuticas ou mesmo internações proto-manicômias em hospitais com programas clínicos voltados para consumo de medicação. Resistiram ou não aderiram ou pouco aderiram.

Todos fazem o tal uso de substâncias psicoativas, ora em ritmo mais ameno, ora com “desandadas”. Isso, claro, evidencia necessidade de cuidados, afinal falamos de sujeitos jovens, com formações em curso diversas: aparelho cognitivo, repertório simbólico, encontros e desencontros com o próprio corpo (uma de nossas oficinas, chamada ‘conversando sobre drogas’, aborda estes cuidados sob a perspectiva da Redução de Danos). Mas, em comum, o envolvimento com o tráfico de drogas, com a criminalidade, com os delitos são o ponto que parece expô-los a um risco de vida mais considerável do que aquele causado por uma superdosagem, por exemplo.

Todos escorregaram da escola. Deslizaram. Não aderiram. Não cogitam em hipótese alguma o retorno à escolarização, cursos supletivos, ou algo do tipo. Quando perguntados sobre o que querem fazer da vida, respondem de forma evasiva que precisam estudar, mas que vão arrumar um emprego primeiro.

Todos moram em ‘quebradas’ ou ‘comunidades’. Um dos jovens P, mora em uma outra região pobre do bairro Uberaba, os outros dois são oriundos da tal Vila Torres. Para os moradores de lá, penso, o termo “comunidade” – neologismo forjado para romantizar favelas – não parece ser uma definição interessante: mais do que se prestar a reforçar supostos laços afetivos entre moradores, cúmplices de um suposto destino social, o signo *comunidade*, empregado desta maneira, cumpre outro sentido ao banalizar o próprio ideal da vida em *comum*. No subtexto: a comunidade ou o comum só caberia aos excluídos.

Não que inexista afeto entre moradores da Vila Torres ou de qualquer outra quebrada. Pelo contrário: a cumplicidade gerada pela partilha de histórias de vida e pela falta de partilha de direitos fundamentais básicos pode vir a ser um efetivo catalisador de afetos. Mas estes afetos são sobrepostos, com frequência, por outras afecções: chacinas, repressões policiais típicas de um estado de exceção, ajustes de contas, onde mulheres são baleadas com seus filhos no colo, execuções frequentes de sujeitos com menos de trinta anos com mais de trinta tiros.

Tem mais: saneamento básico precário, com um rio fedorento cortando a Vila (o Rio Belém, da outrora capital do meio ambiente, equivale ao Tietê da capital do Brasil). Há os muitos galpões e subgalpões de materiais recicláveis amontoando toneladas de papelão, alumínio, plástico, ferro etc. Ali, os cartéis da reciclagem parecem equiparar-se aos cartéis do tráfico. São rastros e restos de algo maior, para deleite dos ratos.

Hiato quase silencioso entre a cidade de Curitiba e seu portal-aeroporto, a outrora Vila Pinto, Vila Capanema, parte pobre do Padro Velho, refúgio tradicional de pessoas em busca de tratamento médico e de migrantes

operários é, também, uma das grandes propulsoras de resistências e matriz de histórias de vida fabulosas². É inspiração para incontáveis trabalhos acadêmicos, para esforços dos setores não governamentais que trabalham para minimizar desigualdades. A potência destas ações há de ser ressaltada, independente da ressonância dos resultados em face das desigualdades macroestruturais - as quais os contextos dos *diferentes usos do uso da droga* se acoplam. Mas, neste jogo de contradições, as histórias de morte chamam mais atenção do que as histórias de vida.

Ali, como em muitas quebradas, as cenas características do *fluxo* e do tráfico de drogas misturam-se à paisagem dos famigerados caixotes de concreto empilhados: ao lado de senhoras que exalam brio e do enxame de crianças flutuando em torno de brincadeiras triviais, nota-se o movimento dos chamados *vaporzinhos*, os soldados do tráfico. São os adolescentes que, como em outras periferias, se tornam “a menina dos olhos” dos patrões, ou o “fetiche da mercadoria” dos traficantes maiores, os patrões - aqueles personagens estigmatizados como os *inimigos do estado*.

Você pode encontrar, em um exercício de memória visual, em seu imaginário, a figura de um deles. É fácil: invoque agora a figura de um traficante-patrão, destes que você vê em programas de televisão ou nas páginas dos jornais. Imaginou? Não será mero acaso se esta figura lhe ocorrer com armamentos pesados e pele negra³.

São manobras nada acidentais daquilo que Priscila C. Vianna categoriza em sua tese de doutorado de “racismo de Estado”, etapa ímpar para a “construção do problema da droga como caso de polícia e saúde pública no

2 Uso, neste artigo-ensaio, como uma das fontes para estudo da constituição da Vila Torres, a dissertação apresentada para obtenção de mestrado em geografia na Universidade Federal do Paraná, em 2006, por Fabiana Bianchini, intitulada *Vila Torres-Curitiba PR: Os espaços de representação e as relações de poder* de onde extraio, sobre sua constituição, que a “Vila Torres surge nos idos dos anos 50, quando se inicia um ponto de chegada de pessoas vindas para tratamento médico nos hospitais próximos ao seu redor. Com a crise do meio rural, a partir de 1970, se transforma num espaço adaptado e receptivo de migrantes vindos do interior do Estado e de outras regiões brasileiras, adquirindo, a partir disto, uma nova configuração, determinada pelo cotidiano destes “novos moradores” e engendrando uma nova ordem social (arquitetura, necessidades e organização) para resolver os conflitos e os problemas básicos enfrentados pela comunidade, tais como: água, esgoto, asfalto, escolas e outros benefícios”. *Ibidem*, p. 24.

3 Vale um levantamento breve pelo buscador *google imagens* da palavra “traficante”. Entre as imagens de cadáveres, os estigmas que mais se sobressaem justificam o termo *racismo de Estado*.

Brasil”⁴. Afinal, como diriam Michael Hardt e Antonio Negri, todo “império”, para se sustentar e crescer, precisa forjar seus inimigos – e, no Brasil, o signo “traficante” equivale ao que o signo “terrorista” representa para os estadunidenses e alguns europeus.

Só que, na Vila das Torres, diferente de outras grandes regiões metropolitanas do país, algo da ordem de uma singularidade se faz notar com o tráfico de drogas: ali parece ainda não haver hegemonia de um cartel único, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) – notório pelo feudo construído em São Paulo com tentáculos em níveis nacional e internacional, o Primeiro Grupo Catarinense (PGC) ou os cariocas Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando (TC) e Associação Dos Amigos (ADA). Organizações estas que a mídia insiste em classificar sob signos genéricos, tais como “a facção que atua nos presídios” ou “organizações criminosas”⁵.

Como se, ao negar, denegar e recalcar seus nomes, ao optar por “não reforçar a marca”, estivessem em operação efetivas estratégias para mitigá-las.

4 A dissertação de mestrado em psicologia, apresentada por Priscila Cravo Vianna na Universidade Federal Fluminense, intitulada A produção do problema da droga como caso de polícia e saúde pública (2009), traça uma interessante genealogia sobre a forma como o “acontecimento-droga” é capturado e significado pelos discursos, práticas e políticas hegemônicas. Aponta as estratégias de Redução de Danos como interessante vetor de acompanhamento dos casos de uso abusivo por se situarem sob um estatuto ético que permite a invenção de outros possíveis em relação às exigências de abstinência. Para isto, a autora se debruça sobre o projeto biopolítico da construção dos ideais de “mente sã em um corpo são”, com o uso da saúde enquanto um dever (e não um direito) do cidadão.

5 Apesar do fato do Primeiro Comando da Capital ter surgido dentro do sistema carcerário, atribui-se à organização parcela considerável do tráfico de drogas, tanto no eixo importação-exportação-atacado como no comércio varejista, por meio do domínio de pontos de venda em diversas periferias e quebradas. Para o leitor interessado, vale a leitura de *Junto e Misturado - Uma Etnografia do PCC* de Karina Biondi (Terceiro Nome, 2010). Entre outros pontos de relevância, destaca-se, na obra da autora, as diferentes versões para o surgimento do PCC, atravessadas por momentos emblemáticos como o Massacre do Carandiru, em 1992, e que ganham ressonância após os movimentos de rebelião de 2001 e de 2006 (no episódio que ficou conhecido como Salve Geral). A transcendência da organização para outras instituições carcerárias – caso da antiga Febem – e para fora do “sistema” também é estudada pela autora, assim como as tentativas por parte do Poder Público e da mídia de abolir as menções ao *Comando*. Sob este aspecto, chama atenção a declaração de Josmar Jozino, autor de *Cobras e Lagartos a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras – quem manda e quem obedece no partido do crime* (Objetiva, 2004), tido como um dos primeiros trabalhos sobre o tema, que, na época em que trabalhava para jornais do grupo Globo, declarou que a diretoria do jornal “proibiu a utilização da sigla PCC, do número 15.3.3. e também do nome Primeiro Comando da Capital [...] O jornal deveria se referir ao PCC apenas como ‘facção criminosa que atua nos presídios paulistas’”. Ibidem, p. 133-144.

Argumentos risíveis, não fossem trágicos: a psicanálise – mesmo a de boteco – nos ensina que, ao recalcar um sintoma, a sociedade comete operação similar a de um sujeito que, ao tentar simplesmente “esquecer” ou fechar os olhos para seus problemas, traumas ou complexidades, joga mais sujeira embaixo do tapete – para usar um dito popular. Conversas pra boi dormir.

Talvez por essa briga lendária entre “parte de cima” e “parte de baixo” da Vila das Torres, a tal *facção criminosa* que atua nos presídios não consegue exercer a mesma ressonância que empresa outras regiões da Região Metropolitana de Curitiba. Assim, a Vila Capanema ou Vila Torres continua vivendo a rotina de traficantes depostos, assassinados, *cobrados* por outros traficantes, em uma disputa como a que, décadas atrás, assolava boa parte das outras quebradas, agora “pacificadas” ou tomadas por esses grupos hegemônicos.

Quando essa tomada de poder acontece, sabe-se bem que os grupos hegemônicos se tornam mais ricos e volumosos, e torna-se mais difícil para outros grupos menores (ou mesmo para a polícia) fazer frente a eles. Os níveis de homicídio costumam ter uma queda – fato que, não raro, é comemorado e tomado como propaganda política por muitos governadores bradando a eficácia de sua política de segurança pública.

Os usos da palavra

Cena de uso a: com um P.

Enquanto um dos nossos jovens da Vila Torres ajustava seus tênis marca Puma com um tipo de ajustador de cadarços que lembrava um botão supersônico, e falava do seu desejo de juntar cinco mil reais para trocar de arma e comprar o tal modelo que fura colete à prova de balas, nós, trabalhadores do CSM Propulsão, tratávamos com ele de um assunto que, nos dizeres de muitos, poderia ser um típico exercício de mediação.

Aos fatos: aconteceu que este jovem teria se desentendido com outro jovem que também frequenta nossas atividades educativas e expressivas por conta deste ter adicionado em sua conta do *facebook* o perfil de uma garota (também frequentadora do espaço) com quem o nosso P. estaria “namorando” no último mês.

Teriam eles trocado ofensas no chamado “mundo virtual”, em que o segundo jovem classificara o primeiro jovem (aqui o nosso protagonista) de “vacilão”, ou algum signo que o valha. O ofendido, então, compareceu armado para um acerto de contas com o outro rapaz que nem sabia do namorico,

flerte ou da *relação de posse* que estava se estabelecendo entre o rapaz e a moça.

Por certo “respeito” ao trabalho que fazemos, ao afeto que sente pelo espaço e pela acolhida com quem é recebido (o que é, evidentemente, uma idealização ou interpretação sobre nosso exercício profissional), o jovem em questão não trouxe consigo a arma: deixou-a escondida, *muquiada* em algum ponto do território, para, caso necessário, tê-la por perto e, sabe-se lá como, dirimir a questão.

A conduta da equipe, neste caso, foi a de conversar em dupla com o protagonista em um espaço reservado e, de igual maneira, conversar em (outra) dupla com o outro jovem que teria feito a ofensa. Logo em seguida, conversarmos todos juntos em uma reunião. Chamariam isso de acareação, na linguagem jurídica. Curiosamente, chamam isso de debate, na linguagem da *facção que atua nos presídios da Capital*. Em Roma, poderia ter sido uma assembléia. Na Grécia, uma ágora.

Ao conversarmos sobre os fatos, lançávamos mão da nossa única arma - com o perdão do trocadilho -, aquela capaz de furar coletes a prova de bala e corações endurecidos ou por onde o amor parece não ter sido inaugurado: a linguagem. Com a palavra, a palavra.

Um jovem, então, pode dizer que não sabia que a garota estava namorando. O outro pode dizer que, no que dependesse dele, “ficava tudo quieto”. Os trabalhadores puderam dizer o que pensavam da situação, o quanto se preocupavam, e, não menos importante, puderam dizer do afeto - no sentido ao qual Spinoza se referia: de ter afeto e de ser afetado - pelas histórias de vida e pela potência de vida de cada um daqueles jovens.

Quando o *piá* que deseja a arma cromada à prova de coletes à prova de balas (note bem: é o mesmo piá que parece dar passos largos para assumir e usar a sua fatia de poder transitório no tráfico da Vila Torres, enquanto sua morte ou sua prisão não chegar; é o mesmo *piá* que conta-nos sobre os usos de rituais com churrasco e fatura de cocaína após assassinatos para acertos de dívidas; é o mesmo *piá* que diz usar lavandarias para lavar suas roupas caras; é o mesmo *piá* que vai ao supermercado conosco comprar os ingredientes da receita do dia para nossa Oficina de Culinária e se oferece para pagar a conta e, ouvindo nossa óbvia recusa, resolve comprar por conta própria frascos e mais frascos de Yakult para *ostentar* e usar com os colegas - tal qual usa-se por aí o uísque com energético para as festas ou, quem sabe, tal qual usa-se por aí uma lancheira cheia para o recreio da escola); quando este mesmo *piá* usou sua fala tímida para pedir desculpas ao outro jovem e pode ser menino-e-homem, nós ali experimentamos um silêncio até então estranho.

Foi como uma pausa no tempo. Um corte no roteiro-clichê. Uma ruptura. Um tipo de vacúolo que pudesse suspender, adiar, prorrogar a ideia da Morte. Alguns filósofos chamam isso irrupções da vida em estado bruto. *Real*. Algo além ou aquém do falo, do poder. Plano onde vivem (ou deveriam conviver) humanos solidários e para onde os ideais de comunidade podem apontar. Resgates do comum para além do senso comum.

Cena de uso b: outro P.

Em uma outra situação, outro dos jovens citados estava conosco na cozinha da unidade. Conversávamos, com uma planilha de orçamento, sobre o tal Plano de Ação para o ano de 2016, os itens que tínhamos conseguido aprovar (como compra de um equipamento de som melhor e de máquinas fotográficas) e os que não havíamos conseguido aprovar e, entre estes, aumento salarial de 6% para 9 dos 10 trabalhadores do CSM Propulsão por conta de economia que fizemos em recursos em 2015.

Como de praxe, conversávamos sobre estes pontos abertamente, com a presença de alguns adolescentes. Este outro P., ouvindo a conversa, pergunta-me: “Por que aumento salarial para 9 dos 10, e não para todo mundo?”. “*Porque sou eu que estou elaborando isso, e não seria ético pedir aumento para mim mesmo nesta circunstância*”. “*Ah, deixa eu fazer uma pergunta, o que é esse ético que vocês tanto falam?*”

O que você diria? Quem citaria? Spinoza? Nietzsche?

Na dúvida, saí pela tangente: “*Meu querido, guarda essa pergunta pra você: o que é ética? Tente pensar nela no seu dia a dia. Tente trazer esta reflexão para as oficinas ou a conversa que você tem com os educadores ou seus colegas*”.

Dias depois, soubemos de mais algumas ‘fitas’ deste outro P.: sempre solícito, carinhoso e gentil conosco, sempre ‘liderando’ o andamento ou o fluxo dos outros adolescentes na ‘ambiência’ do Propulsão, P. e mais alguns emaranharam-se em um dos estacionamentos do hospício desativado onde trabalhamos. Foram fumar um baseado e foram pegos pelos seguranças da *firma*, que nos relataram o caso com as típicas recomendações de profissionais de segurança.

Em uma reunião singela no dia seguinte, expusemos nossa preocupação em relação a esta forma de risco em que se colocavam para consumo da droga - os seguranças da firma queriam entrega-los à polícia -, e como com esta ação violavam também nosso trabalho e nosso atendimento. P. foi enfático: “*dou minha palavra de homem que isso não vai acontecer mais*”.

Mas, quatro dias mais tarde, voltaram a fumar um baseado em outra dependência interna, sem uso, do prédio que ocupamos, ao lado da sala de administração, *marofando* todo ambiente. Veja, nossa indignação não se deu por questões ‘morais’ - particularmente defendendo a existência de salas de uso de drogas para adultos como estratégia de redução de danos em tempos de proibicionismo, e sei que muitos colegas da equipe concordam com isto -, mas havia, nesta conduta, um afronte ao que, com custo, tentamos instituir (o tal campo de proteção idealizado, a gratidão ou reconhecimento pelo trabalho etc.). Algo que, nas devidas proporções, seria incestuoso com nossa proposta de atendimento.

Pensamos nisso, pensamos nos furtos que P. comete e na forma como culpabiliza as vítimas - “era um playboy, estava *panguando* com o celular” -, pensamos no seu último tênis vermelho, que ele pesquisou o modelo na internet e furtou um similar de um jovem em uma saída de *shopping*, pensamos em todas as mazelas sociais, pensamos na morte do seu pai em uma rebelião de penitenciária.... P. ainda precisa aprender o que é ética.

De tantos paradoxos e contradições, ressalto: o comum ou o que era comum (a roda de conversa, o entendimento, o pedido de desculpas) nos parece sinistro, estranho. A pergunta: “o que é ética?”, nos parece estranha. Entretanto, não nos parece mais tão estranha a morte, as perdas, as chacinas capitaneadas pelos traficantes e pelas polícias em um estado de sítio permanente de guerra às drogas - com cercos a Vila Torres ou ordens para “vigiar e proteger” em qualquer outra quebrada.

A equipe pactuou uma espécie de suspensão com este P., em razão do ocorrido. Tentativa de erguer uma trincheira, um limite, uma fissura, ainda que no campo simbólico. Tentativa, nos dizeres psicanalíticos, de não sermos um *objeto* a qualquer, mas fazermos a vez do Outro, aquele que instaura as leis, que chama assunções éticas. Uma outra aposta.

Cena de uso c: com D.

Esta cena transcorreu tempos atrás, mas seus ecos ainda nos tocam. Talvez parte da aderência de D. ao CSM Propulsão tenha a ver com esta conduta que tomamos, quando ele, até então com uns seis meses de atendimento, e após estar em situação de rua pela ameaça que culminou nos tiros que lhe foram disparados, contou com nosso auxílio para agenciarmos uma unidade de acolhimento onde pudesse ficar.

Curiosamente, D. era muito reticente quanto a esta possibilidade. Isso só foi possível com uma articulação que fizemos com sua Conselheira Tutelar na época. Uma vaga seria assegurada, e o pedido era para que D. esperasse aquela tarde no Propulsão e nos retornariam a ligação dando as instruções.

Já eram quase cinco da tarde quando ligamos novamente. Pediram para aguardar mais um instante. Logo em seguida, recebemos um telefonema da famigerada “Delegacia do Adolescente” perguntando nosso endereço e perguntando se D. era atendido por nós e estava na unidade.

Moral da história: ele tinha um MBA - Mandado de Busca e Apreensão - expedido e, quando a conselheira tutelar fez a articulação para obtenção do acolhimento, descobriu o ocorrido. Parece que tramaram a captura do jovem no Propulsão. Hipótese. O que você faria em nosso lugar? Daria o endereço e feriria o vínculo com o jovem? Acobertaria o jovem e seria conivente com uma infração à lei?

Pedimos um minuto para o policial, para averiguarmos se D. ainda estava na unidade, e nos reunimo brevemente. A conduta foi a de comunicar o fato a D., manter todas as portas abertas e sensibilizá-lo a se entregar da melhor forma possível, para, usando suas palavras, *‘resolver seus b.os. como homem’*.

Feito isso, comunicado o endereço e a permanência do jovem na unidade, não foram fáceis os minutos seguintes. D. cogitava fugir, e precisamos de fôlego para mantermos o combinado. Quando os agentes da lei chegaram com seus músculos e armas na cintura à mostra, D. ainda vacilou: *“acho que eu não vou com vocês”* *“agora você não tem mais escolha, Piá”*, disse o policial civil com a mão no coldre.

D. foi, mas antes deu um abraço em cada um de nós.

Ficamos sabendo que, depois de sua prisão, *ops*, da deliberação do seu Cumprimento de Medida Socioeducativa em Regime de Privação de Liberdade, foi decidido que ele ficaria em Regime de Semiliberdade em Foz do Iguaçu, mais de 600 km de distância. De lá, D. fugiu, voltou para Curitiba e para nossos atendimentos.

Arrumou um serviço com registro em carteira de trabalho, onde ficou empregado por duas semanas. Organizou, com isto, sua situação com a Conselheira Tutelar e o CREAS local, e, como em um passe de mágica, fez 18 anos e teve essa questão de cumprimento da lei dirimida. Isso tudo, antes de estar ‘casado’.

Dito isto, cabem mais questões: que força estes acontecimentos tiveram, tem ou terão para, de fato, chegar a promover a reinserção social

destes jovens? O que disto tem potência para, uma vez incubado, ser fundamental para que estes sujeitos ergam seus estatutos éticos? Quais escolas, cursos profissionalizantes ou programas governamentais ou não governamentais podem fazer ressonância para inserir estes adolescentes no mercado formal de trabalho? Um emprego em uma lanchonete de *shopping* com registro na carteira e folgas às segundas-feiras poderia ser o melhor final feliz para esta história? Uma legislação que regulamentasse a produção, comércio e controle das substâncias que hoje são ilícitas daria conta de dirimir histórias como esta?

Trabalhamos para a reinserção social destes jovens e para devolvê-los aos locais onde estavam quando o “fenômeno” droga os arrancou de lá, trabalhamos para inaugurar inserções sociais ou, antes, trabalhamos para operar deserções do esquema tráfico-ostentação (com fetiches de mercadoria postos antes das relações entre pessoas) no qual parecem estar mergulhados?

Os usos dos paradigmas

Questionar os ideais de reformatório presentes no signo “reinserção social” dá conta, se tanto, de parte do problema. Cabe ampliar a discussão para as diferentes concepções ou *paradigmas de território* – quando versam que o sujeito, conquistando ou não sua abstinência, precisará voltar para seu bairro (ou sua comunidade) e ali aprender a lidar com as ofertas de uso e a precariedade das ações do poder público no que diz respeito a lazer e cidadania.

Cabe questionar a ideia de que o sujeito precisa viver sua *quebrada* como nunca: que volte a estudar e se aplicar na escola estadual mais próxima de sua casa; que volte a explorar melhor a biblioteca do bairro; que passe a usar a praça para namorar ao invés de usá-la para fumar maconha; que possa participar ativamente do Grupo de Jovens da igreja de sua preferência ou ainda ingressar na Associação de Moradores do Bairro, com um papel de protagonismo político etc. Parece haver neste projeto um vocativo implícito de “volte (e fique) no lugar de onde você nem devia ter saído”.

Esse *paradigma do território* é um tanto quanto distante ou mesmo utópico (e, ao mesmo tempo, um tanto quanto raso para um “final feliz” para os soldados do tráfico que sonham em ser *patrões*) ou mesmo para os adolescentes capturados pelo uso compulsivo de cocaína. Parece que tal ideal traz alguns questionamentos básicos sobre os próprios estilos de vida que são crivados no contexto dos grandes centros urbanos: quantos são os adultos emancipados que, atualmente, desfrutam a praça ou o espaço público para

namorar e caminhar apreciando o luar, que se deslocam a pé pelas ruas do bairro e exercitam a participação cívica e democrática com qualidade?

Cabe questionar, também, em que medida as ações de reinserção social teriam potência para reverter o declínio do espaço público ou o quanto a ideia de “aproveitar melhor a comunidade” está em ressonância com os processos de *gentrificação* ou formação de guetos, difundidos nos grandes centros urbanos - com o progressivo expurgo de estratos menos favorecidos economicamente da população para as periferias em nome da valorização de determinadas áreas para especulação imobiliária. Cabe questionar, por fim, o quanto o *paradigma do território* desconsidera a potência da vivência nômade típica das juventudes.

Novamente, estamos tecendo considerações elementares do ponto de vista da construção (ou para entender a redução) dos estatutos éticos. Há uma reflexão a ser feita sobre o chamado *paradigma dos binarismos*: o tratamento dos transtornos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas foi crivado por um binarismo entre problema de saúde x problema de polícia. Se o usuário não é um criminoso, logo lhe cabe o estigma de doente, coitado ou dependente químico que precisa de cura.

Trata-se mais os sujeitos-sintomas do problema, e menos as causas em nível micro e macroestrutural que culminam no imperativo da droga na atualidade. Dito de outra forma, *novalgina* para dor de dente.

Aqui, o entendimento é de que o uso abusivo de álcool e outras drogas nesta proporção está em sintonia com as demandas por gozo incentivadas e forçadas na contemporaneidade (como aquelas que se manifestam no fetiche das mercadorias, consumo excessivo de sapatos ou na banalização da violência). São, assim, sintomas de uma produção de subjetividades em série ou *a la carte* pela economia em tempos do capitalismo tardio, antes de serem meramente causa das mazelas e misérias.

Novos *paradigmas intersetoriais* são bem-vindos, também, para aprofundamento das diferentes leituras sobre as juventudes em diferentes classes sociais. E também dos diferentes usos do uso da droga - o que não se confunde, em nenhum momento, com ações panfletárias de consumo de substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas por parte de adolescentes.

Acrescenta-se a estas urgências o fato posto de que as políticas internacionais com maior amplitude de discussão (seja a portuguesa, a uruguaia, a estadunidense, a tailandesa ou de qualquer outra parte do mundo) não darão conta das especificidades brasileiras - não por estarmos aquém ou além destes países, mas por termos situações específicas do histórico escravocrata e

de pólo estratégico para a exportação mundial de cocaína. O imperativo é o de pensarmos e lutarmos por ações em sintonia com o contexto nacional, especialmente dos grandes centros urbanos. Temos *know-how* para isto, afinal, o SUS e o ECA, enquanto tecnologias de legislação e cuidados tipicamente tupiniquins, têm seu êxito conceitual reconhecido.

Cabe, por fim, a discussão sobre agenciamentos ou *paradigmas biopolíticos* em tempos de sociedades de controle, que aproximam ou distanciam o foco do debate das ações diretas ou implícitas do projeto ou engodo de uma sociedade que, em algum momento, esteve “livre” do consumo de álcool e outras drogas. Por trás da proibição ou da tolerância a cada droga, há barramento de alteridades. Modulação de corpos, portanto, de afetos, de formas de amar, de morrer ou de fazer viver. Uma horda de consumidores compulsivos de crack, imersos na miséria, dificilmente situará Higienópolis. Uma horda de consumidores de cerveja, eufóricos hedonistas, dificilmente superará a ressaca no dia seguinte para mudar a sociedade. Esses consumos talvez não façam, para o *status quo*, o mesmo barulho que o acoplamento humano-LSD fez nos tempos da contracultura.

Os usos dessa tarde

A canção é bonita, você deve se lembrar: *parece cocaína, mas é só tristeza. Talvez tua cidade*⁶. Cabe a analogia: parece crack, mas são só estilhaços do poder e do capital.

Este relato com plano de voo um tanto quanto zigzagueante aponta construções, mas também evoca desconstruções. Desmontes. É claro que não temos respostas - podemos, quando muito, reformular algumas questões que já foram feitas. Como diz Rubens Adorno: o especialista sobre drogas é o usuário. Podemos, quando muito, nos aventurarmos na invenção de possibilidades sem deixar de almejar o impossível.

Ante a reinserção social como sinônimo de reformatório, de manutenção do mesmo, propomos propulsões: inaugurar inserções e paradigmas, deserdar dos modelos de subjetivação em série e promover resistências - toda resistência é psíquica.

6 Renato Russo, *Há Tempos* (em Legião Urbana, *As quatro estações*. EMI ,1989).

Não sabemos que fim terão os *piás* que apareceram neste texto. Torcemos para que seja o melhor possível – aquele que vem após uma vida bem vivida e longa. Sabemos, contudo, que, pelo andar dos acontecimentos, isso não será tarefa fácil. Mesmo assim, acreditamos na potência do que vivemos naquela e nestas tardes, e acreditamos que partilhamos uma construção conjunta que pode vir a fermentar e inflamar linhas de fuga e irrupções de singularidades.

Estamos falando de algo que pode vir a ser ainda maior do que trazer o sujeito para uma vida sem drogas, pois precisamos mirar para um outro tempo, em que a droga não tenha esse apelo do lastro-ouro e não responda pelo estatuto do prazer como tem sido difundido atualmente.

Há outras tardes por vir. Hão de vir.

*Psicólogo, doutorando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) (pesquisa sobre o signo da reinserção social e suas implicações biopolíticas), mestre em psicologia clínica pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) (pesquisa sobre os modos e modelos de subjetivação no Metrô-SP) e especialista em Semiótica Psicanalítica e Clínica da Cultura pela PUC/SP. Atualmente está empregado como diretor do Centro Social Marista Propulsão. Email: altieres@yahoo.com.br